CARREIRÃO, Yan de Souza & BORBA, Julian (Orgs.). *Os partidos na política catarinense: eleições, processo legislativo, políticas públicas*. Florianópolis: Insular, 2006. 224p.

Bianca de Freitas Linhares

O tema *partidos políticos* tem sido recorrente em pesquisas ao longo de anos. Um dos aspectos fundamentais dessa temática diz respeito à definição conceitual de partidos políticos, suas funções e características. Alguns dos principais autores que têm orientado seus esforços nessa direção são Duverger (1970), Sartori (1982) e Panebianco (2005). Seus estudos podem ser caracterizados dentro de uma linha mais teórica, no sentido de que tratam do *fenômeno partido políticos*. Estudos posteriores têm adotado postura mais empírica, como o de Mainwaring e Torcal (2005), que trata as diferenças entre sistemas partidários em democracias industrializadas e menos industrializadas.

No que diz respeito ao caso brasileiro, destacam-se os estudos de Lamounier e Meneguello (1986) e de Souza (1976). Os primeiros buscaram explicar a debilidade partidária no Brasil por meio de revisão histórica, enquanto a segunda detém-se aos anos 1930-1964 para tratar da relação entre Estado e partidos políticos. Os trabalhos com o tema *partidos políticos* são geralmente desenhados com apenas uma visão teórica, utilizando-se de universo abrangente. Desse modo, constata-se no Brasil uma lacuna em relação à ausência de estudos mais específicos (locais) e com enfoque mais compreensivo.

Na tentativa de preencher essa lacuna, a obra *Os partidos na política catarinense: eleições, processo legislativo, políticas públicas* constitui-se uma importante contribuição para a Ciência Política. Com um enfoque compreensivo baseado nos partidos de Santa Catarina, o livro está organizado em três partes: I) Eleições, Partidos e Cultura Política; II) Estudos Legislativos; e III) Políticas Públicas. Um ponto inicial importante deste volume é de que as análises apresentadas saem do lugar-comum que tem norteado os estudos sobre o estado de Santa Catarina, ou seja, o clientelismo. Nas três partes do livro os artigos são

amparados em diferentes técnicas de pesquisa, o que enriquece a percepção da política catarinense como um todo.

Na primeira parte, *Eleições, Partidos e Cultura Política*, os artigos de Yan de Souza Carreirão, de Carlos E. Sell e Julian Borba, e de Ivann C. Lago abordam a temática a partir de diferentes perspectivas. Carreirão traça o histórico e a evolução do sistema partidário de Santa Catarina apresentando a dinâmica desse processo e os principais partidos políticos no estado entre 1980 e 2005. O autor faz também uma análise de resultados eleitorais para os cargos disputados, tais como para a câmara federal, o senado, o governo estadual, os governos e as câmaras municipais entre 2002 e 2004. Esta análise objetiva compreender as tendências partidárias do período no estado. Nesse sentido, Carreirão aponta a fragmentação verificada como a causadora de uma menor governabilidade.

Já o artigo de Sell e Borba trata da evolução do sistema partidário no âmbito dos municípios, entre 1996 e 2004. Os autores buscam especificidades na política catarinense, verificando se estas seguem tendências nacionais. Para tanto, defendem a convergência entre as teorias institucionalista e culturalista. A partir da análise de dados referentes ao desempenho dos partidos nos municípios, discorrem sobre a trajetória destes. Os autores ainda analisam a associação entre desempenho partidário e urbanização. Esta última, variável societária, é vista como explicadora de diferenças comportamentais e de preferências políticas da população.

No último artigo da primeira parte, Lago faz uma análise do significado do voto para o eleitor da cidade de Itajaí/SC. Com base em pesquisas quali-quantitativas, o autor integra elementos das teorias psicossociológicas, sociológica e da escolha racional. Depois de apresentar o cenário de coligações para o pleito municipal de 2004, Lago mostra os dados que caracterizam a população como possuindo uma *cultura política do distanciamento*. Mas o fato de os eleitores valorizarem a moral (dos candidatos) e, ao mesmo tempo, de terem uma memória política, levam o autor a caracterizar a população como coerente em suas avaliações e na vida política. Nesse sentido, pode-se

dizer que este é um caso em que convergem dois pontos de vista determinados por Przeworski (1998) nas democracias representativas: a representação como mandato e como responsabilidade. No primeiro tipo, os pleitos servem para eleger bons políticos que apóiam boas políticas, enquanto no segundo as eleições têm o objetivo responsabilizar os governantes por suas ações (voto retrospectivo).

A segunda parte do livro referente a *Estudos Legislativos* traz textos de Fabrício Tomio e de Nelson Montenegro. Tomio, focando sua análise em Santa Catarina, vai ao encontro do que foi abordado anteriormente por Figueiredo e Limongi (2001) sobre Medidas Provisórias (MP) na administração federal, ambos os trabalhos tratando do poder de decreto/veto e as relações executivo-legislativo. Tomio aborda o processo decisório, especificamente as MPs, e a elaboração de leis na Assembléia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). O autor lista os responsáveis pela apresentação de Projetos de Lei (PL) e Emendas Constitucionais (EC). Sobre as competências do Executivo e do Legislativo e do poder de veto, ao traçar o quadro político (inclusive coalizões) entre 1982 e 2005, indica o número de aprovações de MP, PL e EC. O autor mostra existir uma associação estatística entre a aprovação de leis e o ano de mandato (em final de mandato menos leis são aprovadas), sendo ainda que deputados situacionistas aprovam, em geral, apenas poucas proposições a mais do que oposicionistas.

Montenegro também trata a produção de leis na Alesc, buscando esclarecer se as motivações às proposições são clientelistas. Utiliza-se da tipologia de Fabiano Santos (1995) sobre leis e geração de perfil do legislador. Assim, o autor classifica as leis aprovadas pela Alesc entre 1990 e 2000, definindo o tipo mais recorrente. Analisa o número de leis segundo o ano de mandato, o seu tipo e o destino. Determina o perfil de deputados como clientelistas ou não a partir de cálculo (da porcentagem clientelista) apresentado por região, com pequena biografia dos mesmos. Por fim, demonstra que a taxa de clientelismo independe do desenvolvimento econômico.

A última parte do livro, *Políticas Públicas*, é composta de artigos de Gilmar Rodrigues e Vilmar Comasseto e Erni Seibel. Rodrigues

apresenta um panorama dos gastos públicos municipais nos anos 1990 em Santa Catarina. Para tanto, ambienta a política de descentralização no mundo e no Brasil, determinando-a como uma política do novo modelo capitalista que se contrapõe ao Estado de Bem Estar Social. O autor aponta como problema no Brasil a má conciliação entre descentralização fiscal e desigualdades regionais. Estuda os gastos municipais por gestão partidária, de 1991 a 2000 (detalhando as áreas de investimentos), para verificar se realmente há mau uso dos recursos públicos, o que resultaria em sua ineficiência.

No último capítulo do livro, Comassetto e Seibel têm como objetivo identificar e analisar o significado dos Conselhos Municipais (CM) para os prefeitos de municípios catarinenses. Os CM surgem como uma possibilidade de democratização do processo decisório, mas o fato de eles existirem não significa necessariamente que tal estágio seja atingido. Valendo-se de entrevistas, os autores apresentam 13 questões feitas aos prefeitos (de cidades de pequeno e médio porte) que permitem chegar ao objetivo do artigo. As perguntas versam sobre: motivos da criação dos CM, participação, indicação de conselheiros, representatividade, relação entre prefeito e CM, entre outras.

Posto que as respostas vão de encontro à característica que deveria ser fundamental nos CM, qual seja a diminuição da distância entre representantes e representados, talvez fosse interessante buscar mecanismos para atingir este objetivo. Nesse sentido, sugere-se como leitura complementar o texto de Andrew Arato (2002). Este autor desenvolve 5 conjuntos normativos, dentre os quais pode-se destacar o par *similitude e representatividade descritiva* que refere-se à confiança, facilitada em se conhecendo os representantes (no caso, os representantes da população nos CM), que substituem a participação direta. Assim, pensando no artigo de Comassetto e Seibel, se a população conhecesse os CM e seus participantes (o que os prefeitos entrevistados afirmam não acontecer), talvez estes fossem mais ativos e autônomos em relação ao executivo municipal, diminuindo a distância que ora se apresenta entre população e governantes.

Por fim, a coletânea de textos *Os partidos na política catarinense* apresenta, sobre diversos e valiosos ângulos, um amplo panorama dos fenômenos políticos catarinenses, contribuindo com análises sistemáticas para o enriquecimento de estudos de Ciência Política deste estado.

Bianca de Freitas Linhares é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bolsista CAPES e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina- NUPESAL/UFRGS.

E-mail: bipolitica@hotmail.com

Referências:

ARATO, A. Representação, Soberania Popular e Accountability. *Lua Nova*. São Paulo, n. 55-56, 2002, p. 85-103.

DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar: Ed. UnB, 1970.

FIGUEIREDO, A.C.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e Institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 2, out. 2005, p. 249-286.

PANEBIANCO, Â. *Modelos de Partidos: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRZEWORSKI, A. Democracia y Representación. *Revista del CLAD*, Caracas, n.10, feb.1998, p. 9-44.

SANTOS, F. Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil: 1959-1963. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 1995, p. 459-495.

SARTORI, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar: Ed. UnB, 1982.

SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.